

362

Revista Portuguesa de História

Homenagem aos Professores

Luís Ferrand de Almeida

António de Oliveira

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Instituto de História Económica e Social
Coimbra 0304

Revista Portuguesa de Historia
t. XXXVI (2002-2003)
pp. 151-158 (vol. 2)

“Arquivos Políticos” e Historia do Século XX

Luís REÍS TORRAL

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
CEIS20

A Fundação Mário Soares e o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20), com o apoio da Câmara Municipal de Alcobaça, através dos arquivistas Dr. Alfredo Caldeira e Professor Armando Malheiro da Silva, da Universidade do Porto, organizaram, em Setembro de 2003, no polo de Alcobaça da Universidade de Coimbra, o que chamaram os I Encontros de Alcobaça *Sociedade de Informação*, desta vez dedicados ao tema “Os Arquivos Políticos”. Solicitaram a minha colaboração para uma “intervenção de abertura” intitulada “Arquivos Políticos e História do Século XX”. Para tal escrevi o texto que se segue. Trata-se, obviamente, de um trabalho de circunstância, mais para ser comunicado oralmente e discutido (como o foi) do que para ser publicado. No entanto, entendi que, pela sua temática, poderia ser inserido, com algum significado, num volume de homenagem aos Professores Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira, historiadores que - mais do que eu - conhecem muitos dos arquivos portugueses e estrangeiros. Ao publicar aqui este modesto texto, desejo prestar uma singela mas muito sentida homenagem aos meus Mestres, cuja humildade se alia à segurança científica, fazendo das suas obras referências fundamentais na historiografia portuguesa da Época Moderna.

Não fui inteiramente responsável pelo título desta comunicação. Mas prefiro mantê-lo, até por motivos didácticos.

Utilizar a expressão “arquivos políticos” já significa por si uma classificação, por sinal discutível. O que é um “arquivo político”? Todo o arquivo pode ser utilizado com um determinado objectivo historiográfico, em termos de área da história. Ou seja, poderemos servir-nos dele para efeitos de história biográfica, de história institucional, de história social, de história económica, ou... de história política. É como historiadores, e não como “arquivistas” (que não somos), que adjecti vamos, pois a história é sempre uma escolha e uma “ficção”, embora se trate de uma ficção científica.

É verdade, no entanto, que a palavra “arquivo” está originariamente ligada à acepção “pública” e até “política”. Segundo o moderno dicionário de António Houaiss, a palavra provém do grego *arqueion*, que significava “residência dos principais magistrados, onde se guardavam os arquivos de Atenas”. Ou seja, tratava-se, na sua origem, de arquivos públicos ou “políticos”. Mas, o conceito foi tendo a sua evolução semântica. Em latim, o termo *archivum*, adaptação da palavra grega, pode significar “palácio, tribunal, arquivo, lugar onde se guardam documentos antigos”. Nas línguas vulgares a palavra terá sido introduzida no século XVII e hoje significa, de forma alargada, “conjunto de documentos manuscritos, gráficos, fotográficos, etc., produzidos, recebidos e acumulados no decurso das actividades de uma entidade pública ou privada, usados inicialmente como instrumentos de trabalho e posteriormente conservados como prova e evidência do passado, para fins de direito dessa entidade ou de terceiros, ou ainda para fins culturais e informativos”. Trata-se de uma síntese dicionarística, com todas as limitações que esse tipo de definição supõe, mas que não andarão longe de uma correcta noção arquivológica ou historiográfica, embora esteja agarrada ainda a um sentido “institucional” de arquivo (note-se a ideia de que os documentos haviam sido “instrumentos de trabalho”...).

Acima de tudo, o que está em causa é a ampliação progressiva da palavra ou do conteúdo possível do arquivo. Ou seja, de colecção de documentos públicos passou a estender-se também a documentos particulares, de documentos manuscritos passou a alargar-se igualmente a outros documentos, sejam eles impressos, gráficos, cartográficos, fotográficos, cinematográficos, sonoros ou... até arquivos orais (normalmente gravados). Para nós, historiadores, os arquivos são afinal o lugar onde se encontram as fontes de que nos servimos para “fazer história”, não sendo elas, por si só, “história”, mesmo quando são reproduzidas, tendo em conta que a história não é apenas um conjunto de fontes, mas é sempre uma interpretação do historiador, uma representação ou, melhor, “uma representação de representações” (como diria José Mattoso), visto que o documento, seja ele qual for, já é, em si mesmo, uma representação da realidade. Daí que a história não possa ser uma “ressurreição integral do passado”, como pensava

Michelet, num tempo em que os historiadores ainda acreditavam poder alguma vez atingir a “realidade total” ou a “verdade” sobre essa realidade.

Voltemos, porém, ao título desta charla - “arquivos políticos”. É certo que existem arquivos que são essencialmente políticos. Na verdade, todos os arquivos públicos, em certo sentido, o são, seja o Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, seja o Arquivo Histórico Militar, seja o Arquivo Histórico Ultramarino, seja o “arquivo Salazar” (que é afinal um arquivo particular do Presidente do Conselho do Estado Novo), seja o arquivo da Polícia política (o arquivo da PIDE /DGS), estes dois últimos integrados no conjunto a que se convencionou hoje chamar Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo. Note-se esta designação “Torre do Tombo” - o primeiro arquivo nacional, fundado pelo rei D. Fernando, no fim do século XIV, numa das torres da cerca da muralha de Lisboa e que teve como guarda-mor personalidades de renome, entre eles Femão Lopes, aquele que é considerado normalmente o “pai da História de Portugal”.

Entendendo por “político” tudo o que diz respeito à cidadania, *àpólis*, então praticamente todo o arquivo poderá ser intitulado de “político”. Mas, o certo é que também há arquivos que dificilmente se podem chamar de “arquivos políticos”, concedendo agora ao termo uma acepção restrita. Mesmo que tenham começado a ser instituídos numa altura em que o “político” tinha um significado abrangente e “dominador”, tutelar e mesmo “totalitário”. Por exemplo, o arquivo cinematográfico, que se iniciou nos anos quarenta, com Félix Ribeiro, no âmbito do que se chamou a “Cinemateca Nacional”, e que, mantendo-se, hoje se alargou para um âmbito mais lato - ANIM (Arquivo Nacional das Imagens em Movimento). Dificilmente se poderá apelidar estes arquivos de “arquivos políticos”, embora se possa utilizar para uma historiografia de sentido político (veja-se a obra que coordenámos *O Cinema sob o Olhar de Salazar*). E com mais razão se poderá observar o mesmo do Centro Português de Fotografia ou do arquivo fotográfico da Torre do Tombo e, sobretudo, de um qualquer “museu”, que, para todos os efeitos, é um arquivo de arte ou um arquivo de outros objectos que podem ser qualificados de elementos importantes para fazer história da ciência (um Museu da Água, ou um Museu da Electricidade, um Museu Etnográfico ou um Museu da Farmácia ou da Medicina, ou um Museu da Física). Como recentemente se intitulou um livro comemorativo dos 80 anos do Museu de História Nacional do Rio de Janeiro, um museu deste ou de qualquer outro tipo é afinal a “História representada”.

Mas, ultrapassando a questão específica dos museus, e voltando aos arquivos clássicos (digamos assim), poderemos estar perante um arquivo de tipo “cultural” que pode ser qualificado de “arquivo político”. Por exemplo, o arquivo

do SPN / SNI / SEIT (Secretariado de Propaganda Nacional / Secretariado Nacional de Informação / Secretaria de Estado de Informação e Turismo, do Estado Novo), infelizmente ainda em fase de tratamento por parte da Torre do Tombo. Sendo um arquivo do mais importante órgão de cultura do regime de Salazar / Caetano, é um arquivo essencialmente “político”, até porque a cultura do regime esteve sempre ligada à “propaganda”. Mas também um arquivo cultural como o Museu / Arquivo do Neo-Realismo, de Vila Franca de Xira, tem urna forte componente política, pois, apesar da sua perspectiva essencialmente literária, está ligado à propaganda da oposição. E também se pode falar de Bibliotecas / Arquivos com uma componente claramente “política”. Veja-se o caso da Fundação “Os Nossos Livros”, de Bragança, resultado do legado do salazarista (discípulo, partidário e ministro de Salazar) Artur Águedo de Oliveira. Possui um espólio documental, discográfico, mas essencialmente bibliográfico, que, para além da sua perspectiva essencialmente cultural, tem uma aceção “política”, não só pelo facto de ser formado por colecções que foram constituídas por uma personalidade com fortes preocupações políticas, mas igualmente porque as próprias colecções ou, sobretudo algumas delas, indiciam o que foi a biblioteca, o arquivo e até a discografia de um “intelectual orgânico” salazarista. Os arquivos particulares podem, pois, ter uma aceção essencialmente “política”, sejam eles de Norton de Matos, de Sidónio Pais ou de Machado Santos, só para falar de arquivos em que o Prof. Armando Malheiro da Silva tem trabalhado.

Em conclusão, a expressão “arquivos políticos” pode supor uma série de reflexões acerca da utilização do conceito, que nos leva ao ajustamento de critérios.

Aquilo que vou referir de seguida não diz respeito tanto aos “arquivos políticos”, mas aos arquivos de “história contemporânea” (afinal outra expressão discutível, pela dificuldade em balizar o que é “contemporâneo”, como é difícil de balizar o “moderno”). Entendamos, todavia, por “contemporâneo” - de acordo com a designação clássica - o que diz respeito à sociedade dita “moderna” resultante da reforma iluminista e da revolução liberal, em Portugal a Revolução de 1820. Porém, detenhamo-nos, em especial, no século passado, que é já o século XX, visto que, depois de termos dedicado a nossa atenção de historiadores ao “século do liberalismo”, passámos a analisar o século XX, o regime autoritário do Estado Novo e, mais lateralmente, a Primeira República, tendo fundado com vários colegas um centro de investigação interdisciplinar dedicado ao que foi o século da arte moderna e pós-moderna, da energia atómica, da penicilina, do fonocinema e da televisão, das telecomunicações de vanguarda, dos autoritarismos e dos totalitarismos e também das guerras mundiais e das várias guerras de guerrilha, da descolonização e do neo-colonialismo, da democracia, da globa-

lização e das comunidades de Estados - “século do povo”, já assim se chamou, com algum rigor e certa incorrecção. É sobre todos estes e sobre outros temas que o centro se dedica, como centro de investigação em História. Por isso é chamado Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, mais conhecido por CEIS20.

Faz parte do seus objectivos, embora ainda não verdadeiramente incrementado, um programa de base de dados complexa chamado “Pró-Memória Portugal XX”. Consiste ele num roteiro bibliográfico sobre os diversos temas do século XX, em termos de fontes (escritas ou imagéticas), de depoimentos e de estudos, assim como um roteiro orientador de arquivos, de documentos de toda a natureza, até de possíveis fontes orais. Sem isso, toda a investigação histórica se baseia numa tarefa isolada, de “pesca à linha”, com avanços e recuos, ou seja, para cada caso verifica-se a procura de documentos sem pistas seguras, repetindo em muitas situações o que já foi percorrido por outros. Se a “pesca à linha”, isto é, a busca individual e isolada do historiador será sempre a sua missão, isto não significa que não haja um guia fundamental, ou guias fundamentais, para orientar a pesquisa, de que é exemplo para a Primeira República, em termos de instrumento impresso, o guia de Oliveira Marques. Na verdade, os *sites* das bibliotecas já nos ajudam a fazer levantamentos de dados bibliográficos sobre temas - veja-se, por exemplo, os *sites* das nossas bibliotecas de maior relevo, como a Biblioteca Nacional ou a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, ou das bibliotecas estrangeiras, como o da Biblioteca do Congresso de Washington, fundamental para qualquer pesquisa deste tipo. No entanto, os *sites* dos arquivos apenas nos dão - quando dão - pistas de carácter geral. O que desejávamos é que, num projecto bem articulado e organizado, bibliotecários, arquivistas e historiadores - o ideal seria que fossem bibliotecários/arquivistas-historiadores ou historiadores-bibliotecários/arquivistas - nos dessem informações úteis e o mais específicas possíveis sobre os acervos relativos aos vários temas do século XX que se encontram em cada arquivo, público ou privado (neste caso, e mesmo no caso dos arquivos públicos, informando se o arquivos ou os seus núcleos estão ou não, e a que nível, acessíveis ao investigador comum ou ao investigador classificado).

Mas, o que é necessário é que os arquivos não sejam “armazéns de papel velho” avaramente guardados e sejam sim centros de pesquisa mais ou menos abertos aos investigadores credenciados. Vivemos, muitas vezes, numa situação de incúria normalmente atribuída à falta de verbas, embora se possa dizer que o que acima de tudo existe é falta de vontade. E o certo é que os arquivos de História Contemporânea, públicos e privados, chocam com um problema básico - o medo da História, ou seja, o medo de que a História traga para a praça

pública, como é seu dever, com objectividade e sem demagogia (embora nunca isenta de ideologia), elementos para a compreensão da realidade ou da sua representação.

A história não é uma apologética nacionalista ou de heróis, sejam de que tipo forem, mas também não é um tribunal. A história pode até ser desmistificadora. As dificuldades em fazer a história de todos os autoritarismos é já legendária e toma-se já conhecida no que diz respeito ao Nazismo ou aos “Fascismos”, inclusivamente através de filmes que as divulgaram, por vezes de forma muito original e criativa. É o caso do filme, de 1989, do realizador alemão Michael Verhoeven, que tem como título original *Das Schreckliche Mädchen* e que foi apresentado em português, quase só de passagem, como *A rapariga Indiscreta* (curiosamente, penso poder recordar-me que tinha no Brasil um título mais consentâneo com o conteúdo - como *A Cidade sem História*).

O enredo era simples e até comum, mas o tratamento era invulgarmente interessante. Uma jovem escolar, muito conceituada pela sua inteligência e sensibilidade, resolveu escolher como tema de um trabalho para ser apresentado num concurso nacional “A minha Cidade Natal durante o III Reich”. Pouco mais pôde dizer do que “verdades oficiais” e foi premiada. Depois, já como jovem pesquisadora e estudante de História, acabou por ser impedida de consultar os arquivos e, assim, de aprofundar a história da sua cidade, o que a levou, devido à sua persistência, a ser perseguida e a perder os amigos, o amor e a companhia de alguns familiares mais próximos. Acabou, deste modo, por se refugiar com a sua filha - e assim terminava o filme, numa imagem de realismo poético - junto de uma velha árvore, tal como fazia na sua infância e na sua adolescência, para contar os seus segredos e para afastar os seus pavores, pedindo ajuda à mãe-natureza.

Todavia, se no que respeita a estes temas, “velhos” na vida recente da história europeia, já se disse muito, ainda pouco se falou sobre as dificuldades em aceder à história da União Soviética. E o mesmo se poderia dizer dos “partidos fechados” ou mesmo de qualquer partido ou dos países saídos de guerras coloniais e pós-coloniais, como são alguns dos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), ou das “comunidades” como o País Basco, onde é difícil e perigoso (confidenciava-me num curso de Cuenca um colega de Bilbao) ser historiador contemporaneísta. Um caso silencioso - apenas com raras excepções, nem sempre muito objectivas de tempos a tempos - é o que se passa com os arquivos da Igreja Católica. Recorde-se que ali existe o “Arquivo Secreto do Vaticano”. Sendo os seus arquivos “particulares”, embora de grande interesse público, podem ser abertos consoante os interesses “políticos” da instituição.

Não deixarei de falar, para terminar e muito rapidamente, do “arquivo oral”, a que muitos - nomeadamente sociólogos, antropólogos, filósofos, etc. - têm dado (a meu ver erradamente) o nome de “história oral”. O que há são testemunhos, memórias, imagens, representações, as quais devem ser filtradas, como qualquer documento, pela análise do historiador, menos com o intuito de descobrir a “verdade” do que com o objectivo de perceber o sentido dessas complexas representações. De alguma maneira um filme com muitas fragilidade deu conta desse tipo de realidade, mais em termos de investigação policial do que em termos de investigação histórica. Trata-se da recente fita *Basic*, de John McTieman.

Enfim, os arquivos devem ser o mais abertos e orientadores possível. O ideal seria que o seu material estivesse “publicado” para ser conhecido do historiador e de toda a comunidade - como dizia, numa fábula feliz, Vitorino Magalhães Godinho.

A história..., essa é feita de interpretações, representações ou de “representações de representações”, elaboradas com base numa leitura aturada das fontes. Não de “charadas sobre a verdade”, com constantes interrogações pós-modernistas, nem mesmo de narrativas demasiado coloridas e dramatizadas, ou de pouco rigorosas intervenções pretensamente “transdisciplinares”, mas de análises e de sínteses objectivas, se possível interdisciplinares, embora com os naturais questionamentos acerca da interpretação objectiva das suas realidades.

É este o meu juízo sobre o tema de que me foi dado um mote e que eu fui glosando, de forma assumidamente provocatoria. Desejei, contudo, que o fosse *saudavelmente provocatoria...*